

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África

Elenita da Costa Soares

PATRIMÔNIO DE MATRIZ NEGRA E A LEI 10639/03:

Por uma educação decolonial

Rio de Janeiro
2022



Elenita da Costa Soares

PATRIMÔNIO DE MATRIZ NEGRA E A LEI 10639/03:

Por uma educação decolonial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador Professor Me Luciano de Moura Guimarães

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S676 Soares, Elenita da Costa.

Patrimônio de matriz negra e a lei 10639/03: por uma educação decolonial / Elenita da Costa Soares. — Rio de Janeiro, 2021.

41 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Luciano de Moura Guimarães.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Cultura negra. 3. Diáspora africana. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Guimarães, Luciano de Moura. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Elenita da Costa Soares

PATRIMÔNIO DE MATRIZ NEGRA E A LEI 10639/03:

Por uma educação decolonial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em: ____/____/____.

Prof. Me. Luciano de Moura Guimarães (Orientador)

Colégio Pedro II

Prof. Me. Glaydson Gonçalves Matta

Colégio Pedro II

Prof. Doutor Rogério Cunha de Castro

Colégio Pedro II

RESUMO

SOARES, Elenita da Costa. **Patrimônio de matriz negra e a lei 10639/03**: por uma educação decolonial. 2022. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2022.

Este trabalho procura demonstrar a relevância do patrimônio cultural de matriz negra como instrumento para ensino sobre o percurso histórico e cultural dos afro-diaspóricos e de seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro, bem como da participação deles no processo da formação da civilidade desta cidade e do Brasil. Desta forma, apontamos o uso das manifestações culturais e artísticas oriundas da presença negra como recurso didático nas aulas de Ensino de Artes e assim melhor compreender que aqueles homens e mulheres escravizados não eram apáticos ou passivos, mas participativos da história, produtores de cultura e ativos na reivindicação por seus direitos de liberdade.

Palavras-chave: Cidade do Rio de Janeiro. Cultura negra. Educação. Ensino de artes.

ABSTRACT

SOARES, Elenita da Costa. **Patrimônio de matriz negra e a lei 10639/03: por uma educação decolonial.** 2022. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2022.

This research seeks to demonstrate the relevance of the cultural heritage of black matrix as an instrument in teaching historical and cultural journey of Afro-diasporics and their descendants in the city of Rio de Janeiro, as well as their participation in the process of formation of Brazilian civility. In this way, we point out the use of cultural and artistic manifestations of the black origin as a didactic resource for the arts classes to better understand that those enslaved men and women were not apathetic or passive, but participative of history, producers of culture and active in the claim for their rights of freedom.

Keywords: Arts teaching. Cultural Heritage of African Matrices. City of Rio de Janeiro. Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. PATRIMONIO CULTURAL E REPRESENTATIVIDADE.....	10
3. A CULTURA CARIOCA QUE VEIO DE ÁFRICA	13
3.1. Produzindo arte decolonial com os sambas enredos.	15
4. INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
ANEXO A: PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	23
ANEXO B: MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO	31
BIBLIOGRAFIA.....	38

1. INTRODUÇÃO

A luta dos sujeitos afro-diaspóricos e seus descendentes, pelo direito de existir como seres humanos, como cidadão livres e respeitados nas suas diferenças étnico-raciais, culturais e religiosas precede as leis abolicionistas, como Lei Eusébio de Queirós, proibição do tráfico de escravos (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888). Embora não documentadas as revoltas, insurgências e fugas já ocorriam desde o século XVI. Segundo Flávio dos Santos Gomes (2018) “data de 1575 a primeira informação sobre um mocambo¹ ou quilombo² formado no país”, mas especificamente na Bahia (GOMES, 2018, p. 367).

Essa luta continuou através de “tantas outras formas de ação escrava” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 328), contra maus tratos provenientes do sistema escravagista, como fora a Revolta dos Malês na Bahia, em 1835, e assim como analisa Wlamyra Albuquerque (2018) “passaram a considerar que a escravidão, (...) deveria ser combatida para garantir a segurança dos brancos” (ALBURQUEQUE, 2018, p. 328).

Essas ações escravas apontam que aqueles homens e mulheres não aceitavam passivamente a situação que a sociedade brasileira os impunha, mas foram capazes de se organizarem de diferentes maneiras, no que culminou nos movimentos sociais abolicionistas envolvendo “lideranças negras como Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Ferreira de Meneses, Manuel Quirino, entre outros” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 328).

Logo, é possível verificar que a necessidade por construir uma identidade positiva dos povos que vieram de África e de seus descendentes no Brasil tem se processado através de lutas constantes há 450 anos, hoje através de coletivos, organizações e ações individuais, que compõem o movimento negro, buscando através de iniciativas educacionais, conscientizar pessoas negras e não negras dessa problemática que tem raízes no sistema escravagista brasileiro. Desta forma intensificou-se a pesquisa sobre a reconstrução dos currículos escolares brasileiros da educação básica e ensino médio, culminando na decretação e sanção da Lei 10.639/03, em 9 de janeiro de 2003, tornando

¹ “No Brasil, receberam inicialmente o nome de “mocambos”, para depois serem denominados “quilombos” (GOMES, 2018, 367).

² “Quilombo era “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (GOMES, 2018, p.367)

obrigatória a inclusão no currículo escolar oficial da Rede de Ensino, a temática História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003).

Muitos são os desafios que envolvem a busca por pedagogias que considerem incluir os saberes representativos da pluralidade étnico e cultural, existente no Brasil, visto que a República passou a adotar o pensamento técnico-científico do positivismo de Auguste Comte na estrutura educacional brasileira, excluindo dos programas e planos de aulas diversas formas de ser e de estar no mundo, entre elas a negra e a cultura trazida pelos seus antepassados.

Assim, considerando os currículos escolares como um instrumento de poder, é fácil entender que o que ocorreu foi a adoção da universalização do conhecimento no contexto do eurocentrismo, assim chamado pelo filósofo Enrique Dussel (1993), o sistema de poder que coloca a Europa ocidental no centro da humanidade como a única produtora de conhecimentos capazes de prover o ser humano de capacidades cognitivas, espirituais e sociais, retirando da “escuridão primitiva” todos os demais povos não europeus e não brancos, elevando-os ao padrão civilizatório. (DUSSEL, 1993, p. 17)

O eurocentrismo conseguiu manter sob controle os povos considerados periféricos à Europa, mesmo depois de terminado os pactos coloniais, ao que Anibal Quijano (2006) chamou de colonialidade.

A colonialidade hierarquizou corpos e saberes, instituindo a raça como o principal marcador dessa hierarquia, como afirma o sociólogo porto riquenho Ramón Grosfoguel (2009, p.387), instituindo o corpo branco no topo dessa hierarquia e o corpo negro na base.

É nessa configuração hierarquizante que entendemos como se estrutura o racismo no Brasil, e recorremos ao chamado “racismo estrutural” base de estudo do filósofo brasileiro Silvio de Almeida (2018), para apontar como os representantes da chamada raça branca passaram a ser considerados mais competentes, mais inteligentes, mais bonitos, moralmente mais confiáveis e mais educados, enquanto os sujeitos negros e todos aqueles cujo fenótipo os remetam a ancestralidade africana, são vistos como inferiores cognitivamente, feios esteticamente e imorais por natureza, o que os tornam predispostos a roubar, a matar e a se prostituir. Além de possuírem uma cultura primitiva de mau gosto e cuja fé remete a “fazer o mal” a outro.

Neste contexto cheio de subjetividades em que o sistema racista qualifica corpos e culturas baseadas em conceitos concebidos, claramente, para favorecer pessoas brancas com privilégios e benefícios e manter pessoas negras subalternizadas é que buscamos

apresentar, neste artigo, uma proposta que possa ajudar professores a estruturarem suas práticas cotidianas com ações antirracistas e, ao mesmo tempo, tornar possível a introdução do estudo sobre o protagonismo negro nos currículos escolares, através do uso do patrimônio cultural de matriz negra da cidade do Rio de Janeiro nas aulas do ensino básico, mas especificamente no ensino de Artes visando atender a Lei 10639/03 (BRASIL, 2003).

A ideia é que seja possível mobilizar um recurso didático que trate a cultura negra com um devido conteúdo histórico, artístico e cultural, tornando possível uma reflexão sobre a participação dos sujeitos negros na formação social e política da sociedade brasileira, não como coadjuvantes, mas como produtores de cultura e arte, e ativistas sociais.

Pensamos que, sendo o patrimônio cultural de matriz negra um assunto agenciado por órgãos oficiais, pode ser tratado independente de pautas identitárias, sendo orientado, especificamente, pelo aspecto epistemológico.

Assim, parece bastante viável fazer uso das expressões culturais e artísticas de matriz negra, decretadas como patrimônio pelo próprio Estado, como um recurso para uma educação decolonial, em que homens, mulheres e saberes não brancos são representados.

Não se trata de Educação Patrimonial, em que é levado ao educando a valorizar a monumentos tombados e tutelados pelo Estado, pois o legado de matriz negra não se restringe aos sítios arquitetônicos tombados e às manifestações culturais apropriadas pelo Estado e transformadas em bens públicos, mas representa a resistência pela sobrevivência não apenas dos corpos físicos, mas da fé, dos saberes e da memória que os sujeitos diaspóricos trouxeram com eles de África, e que seus descendentes negros, mesmo em meio a precariedade em que viviam, conseguiram preservar.

Visto a riquíssima extensão que o patrimônio de matriz negra abrange, limitamos apresentar os possíveis elos que podem ser construídos entre o universo do samba e dos sambas-enredos da cidade do Rio de Janeiro, com o fazer artístico nas salas de aulas das escolas do ensino básico da rede pública do município do Rio de Janeiro, construindo, assim, uma narrativa em que apareça o reconhecimento do protagonismo negro na formação histórico, artística e cultural da cidade do Rio de Janeiro, bem como do Brasil.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL E A REPRESENTATIVIDADE

Segundo a pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (2017), a constituição de patrimônios históricos e artísticos e de políticas para preservação deles, remonta” ao final do século XVIII, durante a Revolução Francesa” (FONSECA, 2017, p. 35), e se tornou “uma prática dos Estados modernos” (FONSECA, 2017, p. 17)

que através de agentes públicos e instrumentos jurídicos, delimitam determinados conjuntos de bens no espaço público na qualidade de (...) símbolos da nação (...), visando à sua transmissão para a gerações futuras (...) tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos (FONSECA, 2017, p. 17).

Sendo assim, podemos entender que ao assumir a tutela dos bens patrimoniais, o Estado precisa definir quais os critérios que irão determinar os bens ou manifestações culturais merecedoras de serem tratadas e transmitidas através de políticas públicas preservacionistas e educacionais, como representativas da nação.

Se considerarmos que a seleção dos agentes públicos que atribuem aos bens patrimoniais, valores históricos, culturais e artísticos, é constituída pelos chamados homens e mulheres intelectuais, cuja formação acadêmica se constitui pela universalização de saberes e de conceitos sobre arte e cultura, e a exclusão da história da civilização, das muitas histórias de povos não europeus, é possível concluir que o Estado corre o risco de atribuir como patrimônio apenas aqueles bens que estejam atrelados a esses conceitos universais de civilidade trazidos pela colonialidade/modernidade.

Esse viés colonialista, segundo Átila Tolentino (2018) foi o que definiu os parâmetros classificatórios do que seria patrimônio cultural da primeira fase do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (TOLENTINO, 2018, p. 44), criado durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, em 1937, através do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937a).

Em 1937 também foi criada a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a preocupação de promover e valorizar uma arte brasileira enquadrada nos padrões universais, que pudesse, assim, afirmar o Brasil como uma nação civilizada (CHUVA, 2003, p. 322).

O primeiro exemplar possuía 22 artigos com abordagem sobre arquitetura do período colonial e religiosa, a exemplo:

- “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias”, de Gilberto Freyre;
- "A Capela de Santo Antonio", de Mario de Andrade;
- “O forte de São Tiago da Bertiooga”, de Afonso d'Escragnolle Taunay;
- “A igreja do monte Guararapes”, de Anibal Fernandes;
- “A igreja dos remédios”, de Nuto Sant’Anna
- "A arquitetura jesuítica no Brasil", de Lucio Costa;
- “As capelas antigas de São Paulo”, de Sérgio Buarque de Holanda;
- “Os dois grandes lampadários do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”, de D. Clemente Maria da Silva-Nigra; (BRASIL, 1937b, s.p.)

O SPHAN foi parte de um projeto encabeçado pelo então Ministro Gustavo Capanema com a finalidade de promover o pensamento de unidade nacional, durante o Estado Novo:

(...) era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador. Somente a unidade das origens e a ancestralidade comum de toda a nação deveriam servir para ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo (CHUVA, 2003, p. 313).

Segundo Márcia Chuva (2003), intelectuais de peso fizeram parte do processo que consolidou o pensamento patrimonial artístico e histórico do país, tais como Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, esses agentes de diferentes correntes modernistas dos anos 20³, divergiram sobre o projeto de nação, no sentido da valorização ou não as diversidades presentes no território brasileiro, como constituidoras da “identidade nacional”,

(...) para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade. Com relação a tais teses, (...), Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa identificavam-se profundamente entre si, pela crença na universalidade – e, conseqüentemente, na origem comum – da cultura e da arte, sendo este um ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do SPHAN (CHUVA, 2003, p. 314-315).

As atividades promovidas por esse grupo de intelectuais possuíam autonomia junto ao Ministério de Educação e Saúde, órgão que abrigava o SPHAN, até os anos de 1970

³ Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador do SPHAN declarou seu pertencimento a um certo grupo de modernistas que denominou a “quarta corrente”, de tendência universalista, faz referência aos outros grupos existentes, um deles organizado em torno de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Renato Almeida; outro, os “verde-amarelos”, tendo Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia à frente; ou ainda, o grupo de tendência esteticista de Guilherme de Almeida. (CHUVA, 2003, p. 315)

quando se passou a considerar a atuação do SPHAN elitista (FONSECA, 2017, p. 102), iniciando a sua democratização, descentralizando a preservação do patrimônio pelo Estado, que passou a contar com a participação dos órgãos estaduais e municipais de preservação. Surge, também, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), buscando considerar as referências culturais dos diferentes segmentos sociais e romper com a lógica da homogeneização da identidade nacional (TOLENTINO, 2018, p. 45).

Já em 1988, a Constituição Federal, segundo o Artigo 216, substituiu a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro, reconhecendo-o em suas naturezas material e imaterial.

Devendo, para ser reconhecido como patrimônio, ser referência

à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, podendo ser formas; de expressão, os modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. E de acordo com o parágrafo 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

No referido artigo, o Patrimônio Cultural Imaterial é definido como o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos, bem como as ferramentas, os objetos, os artefatos e os espaços culturais associados que comunidades e grupos reconhecem como parte de seu patrimônio.

Podemos perceber, então, que a discussão que envolve patrimônio cultural passou a incluir maior participação da sociedade no reconhecimento e na preservação da memória dos territórios dos mais diversos grupos sociais e não somente das elites.

Logo, diante desse pequeno histórico sobre o conceito de patrimônio cultural, queremos apontar que é possível tratar o patrimônio de matriz negra por uma abordagem decolonial, sem estar engessado na ideia de controle governamental, mas condizente com a ideia da cultura em constante movimento como Leonardo Castriota aponta:

“A antropologia aponta para o fato de que todos os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação. Não haveria, assim, uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo (CASTRIOTA. 2009, p. 22).

Já a ideia de patrimônio cultural, visto como recriações identitárias através do diálogo com outras culturas, aparece como definição de Patrimônio Cultural Imaterial no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada em 17 de outubro de 2003, na 32ª Conferência da UNESCO:

O patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos envolvidos de acordo com seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e lhes proporciona um senso de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Assim, a ideia sobre a importância da salvaguarda foi definida como

as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003, p. 5).

Seguindo este pensamento, podemos entender que patrimônio não é algo pertencente a um sujeito, grupo, território ou Estado, mas a representatividade das relações históricas, sociais, culturais e econômicas, pelas quais essas categorias passaram.

Se antes se falava em patrimônio como um instrumento de poder do Estado para homogeneizar uma nação elegendo uma cultura como hegemônica, atualmente podemos pensar no patrimônio cultural como instrumento de poder dos diversos grupos culturais que lutam pelo respeito à representatividade cultural.

Logo, estudar a origem e o valor representativo que o patrimônio de matriz negra possui, torna possível reestruturar a participação dos negros na formação histórica e cultural do país.

3. A CULTURA CARIOCA QUE VEIO DE ÁFRICA

Disseminar o ensino de história e cultura de África e dos afro-brasileiros, bem como estimular a compreensão dos alunos, das suas pluralidades étnico-raciais, a se entenderem como sujeitos e produtores de saberes, através do patrimônio cultural de matriz negra, possibilita nortear ações para uma educação que resgate a memória da cultura e dos saberes dos sujeitos afrodescendentes e, assim, construir outro imaginário

que seja representativo da diversidade étnico cultural dos alunos, além daquele que apresenta apenas representações do homem branco e do continente europeu.

Os currículos escolares, que almejam contemplar a diversidade do protagonismo étnico-racial da sociedade brasileira, deveriam adotar autores que primassem pela decolonialidade da história dos colonizados, a qual foi contada pelo colonizador.

Pesquisadores como o historiador Luis Antônio Simas, que em suas abordagens sobre as festas, o samba, a capoeira, a religiosidade, os hábitos, as culturas de ruas e esquinas da cidade do Rio de Janeiro, busca entender a dinâmica que os sujeitos diaspóricos operaram, através das memórias que trouxeram de África, na reinvenção de suas identidades diante da precariedade que passaram a viver como sujeitos escravizados, a inventar na diáspora o mundo que simbolicamente lhes fora roubado (SIMAS, 2018a, s/p.).

De acordo com o site da Fundação Palmares, a diáspora africana durante o tráfico transatlântico de escravizados nos séculos XVI ao XIX, caracterizada pela imigração forçada de africanos, fez com que diversos povos entre eles os manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubás, a deixaram para trás suas histórias, costumes e religiosidade, e tiveram suas identidades violadas ao serem classificados pela região de procedência como: bantus (povos provenientes do centro-sul do continente), nagôs (povos de língua iorubá), minas (provenientes da Costa da Mina) e malês (mulçumanos). Assim, como lhes foram impostas novas identidade, também fizeram aqueles homens e mulheres reinventarem práticas e outras formas de viver, instalando modos de vivências negras fora do continente africano (FUNDAÇÃO PALMARES), recriando no território da cidade do Rio de Janeiro práticas e saberes que seus antepassados trouxeram e que definiram o patrimônio cultural negro carioca.

Daí a importância do patrimônio cultural de matriz negra, como produto vivo e presente dessas reinvenções.

Poder trabalhar com os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, as diversas localidades da cidade, onde essas reinvenções e memórias estão presentes, é de notável enriquecimento na reconstrução da história do protagonismo negro como elemento que fez e continua fazendo parte do processo civilizatório da nossa sociedade.

Queremos apresentar ao educando o patrimônio cultural de natureza material como os existentes na chamada Pequena África, por exemplo: o Largo de São Francisco da Prainha, a Pedra do Sal, Cais do Valongo e da Imperatriz, os Jardins Suspensos do

Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos. Bem como o patrimônio cultural imaterial como o conjunto religioso, cultural e artístico: as rodas de capoeira, o jongo, o maxixe, o choro e o samba, personagens da história da cultura negra carioca, como Pixinguinha, Donga, João da Baiana e Heitor dos Prazeres, Tia Ciata, as escolas de samba, além da língua bantu e o candomblé.

Trata-se de um material vasto, que deve ser tratado primorosamente nos seus aspectos históricos e poético.

Devido a extensão do assunto, escolhemos para representar esse patrimônio os sambas-enredo, nascidos de um diálogo de suas danças ancestrais de umbigadas e batuques com gêneros musicais europeus os quais foram transformados em maxixes e mais tarde em samba de batucada.

3.1. Produzindo arte decolonial com os sambas e sambas-enredos

No dia 2 de dezembro se comemora o dia nacional do Samba. Construído pelas sociabilidades e moldado na identidade dos territórios ancestrais afro-diaspóricos, o samba “agoniza, mas não morre”, como cantou Nelson Sargento. Ele foi no início uma manifestação de sobrevivência, de conexão com a memória da vida que ficou em África.

O contexto que deu origem ao samba foi a virada do século XIX para o século XX, no Rio de Janeiro quando era a capital federal do Brasil, e o governo pretendia transformá-la em uma cidade aos moldes da belle époque francesa.

Desta forma foram planejadas reformas sanitárias e a retirada das ruas a população pobre e negra com a derrubada e desapropriação de prédios para a abertura de avenidas e jardins ao estilo europeu.

A cultura europeia se tornou modelo civilizatório e a cultura popular, como a negra foi considerada de “mau gosto”, desta forma passou-se a reprimir as expressões culturais oriundas dessa camada populacional, estabelecendo, inclusive, o código criminal Decreto 847, artigo 399, de 1890⁴ que estabelecia como vadiagem a exibição

⁴ O Código Penal de 1890 foi aprovado pelo Decreto 847, de 11 de outubro de 1890 o artigo 399, buscava viabilizar novas percepções acerca da ordem social pós abolição (ALVAREZ, ET AL., 2015, p. 03), enquanto instrumento de construção de uma ideologia burguesa do trabalho, situa no artigo 402, acerca das contravenções penais, referentes aos mendigos, ébrios, vadios e capoeiras: “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens. Pena: Prisão de dois a seis meses” (BRASIL, 1890)

pública de exercícios conhecidos pela denominação de capoeiragem (BRASIL, DECRETO 847, 1890).

O samba carioca surge nesse contexto de repressão da cultura popular. Ele se construiu através de reinvenções e adaptações, dos sambas de roda baiano, ritos e práticas religiosas de matriz afrodescendente.

Logo os ritmos ancestrais dos lundus, batuques e danças de roda foram protagonistas das transformações musicais e do comportamento social e cultural da sociedade carioca durante o final do século XIX e primeira metade do século XX. Daí a importância da história do samba para compreender o cenário social da sociedade carioca na primeira República.

O ritmo ganhou força nas casas das tias baianas (mulheres que eram vendedoras de quitutes, lavadeiras e mães de santo) localizadas nos redutos de vários bairros do Rio de Janeiro, como Praça Onze, bairro do Estácio e Saúde.

Ali aconteciam encontros de músicos regados aos batuques dos terreiros, sambas de roda, maxixe e outros gêneros trazidos por músicos como Ismael Silva, Pixinguinha, Donga, João da Baiana, negros, filhos das tias baianas, além de músicos brancos como Noel Rosa e Almirante (LEITÃO, 2016).

Na década de 1940 com o Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas passa a submeter as escolas a obrigatoriedade da apresentação de temas de cunho nacional.

Mas mesmo quando as agremiações de Escolas de Samba e os sambas-enredo foram submetidos à política nacionalista do governo de Getúlio Vargas, sendo pressionadas a criarem seus sambas-enredo narrando fatos da história nacional, mantiveram os sambas ligados à identidade negra e às práticas religiosas através da linguagem da gramática dos tambores, pela qual se comunicavam com seus orixás durante os desfiles (SIMAS; RUFINO, 2018b, p. 60-61):

As escolas de samba, durante boa parte de suas trajetórias, contaram em seus enredos a História oficial, (...) as baterias, todavia, contavam outra coisa, elaboravam outros relatos, perceptíveis para aqueles que conheciam a gramática dos tambores (SIMAS, RUFINO, 2018b, p. 60).

Pensando na estrutura que os sambas-enredo foram criados, é que podemos entender o papel decolonial que eles assumiram na cultura brasileira. Os sujeitos negros conseguiram “impor” na sociedade branca europeizada, as suas formas de ser e estar no

mundo. A corporeidade e o batuque existentes nos sambas e que foram trazidos pelos povos de África, não se deixaram reprimir pela “finesse” do civilizador europeu.

Por esse motivo propomos atividades utilizando os sambas-enredos como instrumentos no fazer artístico nas escolas, para que os educandos possam, não apenas ter contato com essa musicalidade e a poesia desse gênero musical, mas também compreender que esse patrimônio é muito mais do que um legado cultural, representa o instrumento de luta que nossos antepassados usaram para sobreviver.

4. INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A proposta é que através do estudo sobre o universo do samba carioca seja possível estudar artes, história, português, interpretação e produção de texto.

Para começar, proporemos em primeiro momento selecionar um repertório de sambas-enredo mais destacados e populares, de autoria de compositores da velha guarda, para promover uma leitura poética das letras e interpretação gráfica de seus enredos.

Para alcançar os objetivos recomendamos que o professor utilize de imagens, sejam fotos ou vídeos de trechos dos desfiles respectivos aos sambas-enredos escolhidos, onde os alunos possam ter acesso as leituras plásticas que os carnavalescos e artistas fizeram dos enredos, na confecção das alegorias e fantasias.

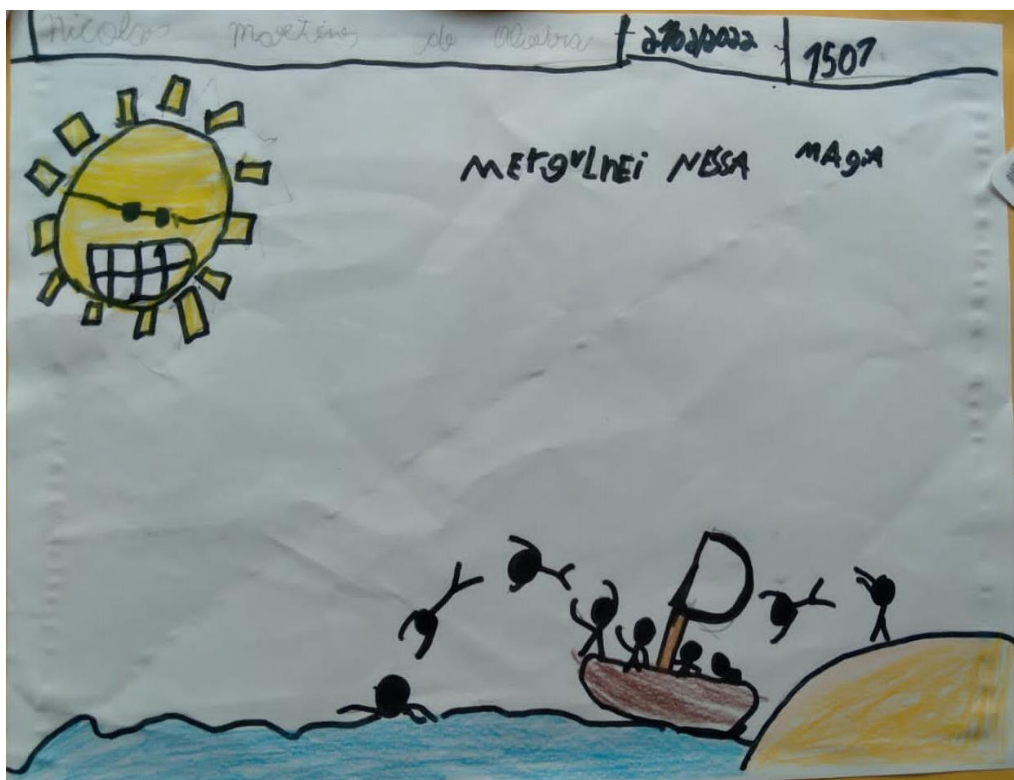
Em um segundo momento a proposta é a releitura gráfica dos sambas-enredos.

Aqui apresentamos 2 exemplos realizados com a turma do 5º ano, da Escola Romão de Mattos Duarte, em 2022, a partir do samba-enredo enredo da Escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel de 1992, composição de Paulo Costa Alves, Claudio Jose Da Silveira, Edson Rodrigues Catalão “*Sonhar não custa nada, ou quase nada*”, cuja proposta foi uma leitura visual poética de cada estrofe, para que cada educando pudesse expressar graficamente o que entendeu da letra:

Sonhar não custa nada
 O meu sonho é tão real
 Mergulhei nessa magia
 Era tudo que eu queria
 Para esse carnaval
 Deixe a sua mente vagar
 Não custa nada sonhar
 Viajar nos braços do infinito
 Onde tudo é mais bonito
 Nesse mundo de ilusão
 Transformar o sonho em realidade

E sonhar com a mocidade
E sonhar com o pé no chão
Estrela de luz
Que me conduz
Estrela que me faz sonhar
Amor, sonhe com os anjos (não se paga)
Não se paga pra sonhar
Eu sou a noite mais bela
Que encanta o teu sonho
Te alucina por te amar (amar, amar)
Vem nas estrelas do céu
Vem na lua de mel
Vem me querer
Delírio sensual
Arco-íris de prazer
Amor, eu vou te anoitecer
Eu vejo a lua no céu
A mocidade a sorrir
De verde-e-branco na Sapucaí
(ALVES, Paulo Costa; SILVEIRA, Claudio Jose da: CATALÃO,
Edson Rodrigues. “Sonhar não custa nada, ou quase nada. G.R.E.S.
Mocidade Independente de Padre Miguel de 1992).

Figura 1: Desenho de Nicola Martins “Mergulhei nessa magia”, 2022.



Fonte: própria, 2022

Figura 3: Desenho de Maria Beatriz. “Viajar no mundo do infinito”



Fonte: própria, 2022

Durante o trabalho foi possível perceber que embora samba, sambas-enredos e escolas de samba estejam presentes na cultura do país e da cidade, mas não estão presentes no dia a dia de todas as comunidades e casas. Nas referidas escolas onde propusemos as atividades, a maioria dos educandos tem contato com essas expressões artísticas e culturais apenas à época do carnaval, desconhecem canções e as formas dançantes.

Como não estavam acostumados com a linguagem musical, de início não se apresentaram muito participativo, logo o processo precisou ser contínuo, promovendo a integração e o diálogo naturalmente.

Além das propostas de fazer artístico, achamos importante a introdução da história dos sambas cariocas, como se conceberam na cidade do Rio de Janeiro, seus primeiros compositores e inserir o samba no contexto histórico da formação da sociedade do Rio de Janeiro, para que o educando reconhecesse essas expressões como um processo histórico construído pela sociedade brasileira, e não uma expressão estrangeira a eles.

Depois de algumas semanas levando para as aulas um repertório musical, as crianças foram habituando ao gosto musical e a resposta corpórea foi se adequando ao ritmo.

Sabemos que muito precisamos fazer, mas a introdução desse ritmo musical ao repertório dos alunos, atenderiam ao propósito de integrar os alunos ao universo desse gênero musical, e os ajudaram a compreender o processo social que envolve a história dos descendentes dos afro-diaspóricos para conseguirem sobreviver no contexto racista o qual estavam e estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início a perspectiva que orientou essa pesquisa, foi a possibilidade de desenvolver uma metodologia que pudesse abordar o protagonismo negro na construção da história social e cultural da sociedade brasileira, mais especificamente a do Rio de Janeiro, e que fosse “abraçada” por todo o corpo docente das escolas em que eu trabalho, independente de posicionamentos ideológicos ou religiosos, em que pesem serem questões difíceis de serem abordadas pelos docentes, que acabam por reprimir suas práticas ao tratar a Lei 10639/03.

Foi pesquisando o material sobre patrimônio de matriz negra divulgado pelo endereço eletrônico da MultiRio que nos deparamos com as várias releituras sobre a importância do circuito da Pequena África, a começar pelo sítio arqueológico do Cais do Valongo, na formação da história política e social da cidade.

De imediato, pensamos o quão significativo seria levar essa leitura aos educandos para que eles pudessem refletir sobre todo esse processo histórico omitido nos currículos escolares.

Desta forma, acreditamos que o uso do patrimônio cultural de matriz negra como objeto de estudo nos programas curriculares possa ser um instrumento que ajudará professores e alunos a decifrar a verdade oculta da história e a conhecer a diversidade dos grupos étnicos linguísticos de África, que aqui chegaram entre os séculos XVI e XIX, trazendo suas próprias histórias, epistemologias, arte e cultura.

Assim, o estudo desse patrimônio também abre um leque de possibilidades para compreendermos que a exclusão de muitas histórias e o silenciamento de muitas vozes dos materiais didáticos adotados pelas escolas brasileiras, foi uma prática da colonialidade do poder, definida por Anibal Quijano (QUIJANO, 2005, p. 11), com objetivos claros de construir sociedades alienadas de suas histórias e vergonhosas da pluralidade de suas raízes culturais e étnico-raciais.

Este pensamento nos transformou em homens e mulheres incrédulos de nossas próprias competências, pois sendo o Brasil um país de maioria não branca, cujo território não ocupa o continente Europeu, estaríamos fadados ao insucesso. Por isto ser tão comum ouvirmos tantos lamentos e palavras autodepreciativas quanto à condição de ser brasileiro. E o fato, logicamente, de ainda estarmos vivendo em uma sociedade estratificada pela hierarquização étnico-racial.

Pensando neste lamentável cenário de baixa autoestima, entendemos a participação da escola na desconstrução do imaginário em que sujeitos e saberes não brancos não são representados positivamente.

Esta desconstrução pode ser feita se a escola parar de tratar a cultura e a produção negra como folclorismo e atribuir-lhes o devido tratamento histórico.

Nas aulas de artes, por exemplo, é possível abordar o conjunto arquitetônico, artistas, compositores, o jongo e o samba carioca, mas para o desenvolvimento desta pesquisa, foquei na ramificação do samba carioca que se desenvolveu nos terreiros das muitas pequenas Áfricas espalhadas pela cidade: os sambas-enredo.

Como as unidades escolares onde foram apresentadas as propostas atendiam um público cujos sambas-enredo ou escolas de samba não aparecem como referência cultural e nem tão pouco, estava acostumado a ouvir tal gênero musical, pudemos notar semblantes pouco apreciativos por parte dos educandos, no primeiro contato com os sambas propostos. O que nos pareceu bastante compreensível, diante do diferente, visto o peso do funk carioca no consumo entre adolescentes. Mas a falta de contato com o ritmo musical não impediu que, no decorrer de outras propostas, os educandos se contagiassem com outros sambas-enredo, o que prova ser o gosto construído através de vivências.

De início, as propostas foram releituras visuais das letras desses sambas: os alunos após terem contato musical e conhecerem as letras, fizeram leituras gráficas de cada verso dos sambas, desta forma tiveram a possibilidade de compreender a complexidade que envolvia a construção das letras e a concepção das alas e alegorias com as temáticas das escolas de samba.

Ao serem inseridos nesta construção, meninos e meninas se depararam com saberes, crenças, simbologias que identificam a essência afro-diaspórica e entenderam que a fé e a musicalidade foram estratégias com que descendentes dos afro-diaspóricos resistiram ao jugo com que foram tratados, e que mesmo com as várias tentativas de exclusão e genocídio, aqueles homens e mulheres conseguiram conservar e perpetuar na

história do país os saberes e a fé que seus antepassados trouxeram com eles nos tumbeiros há 400 anos, se tornando os elementos civilizatórios da sociedade do Rio de Janeiro.

É um processo de iluminação que um menino e/ou menina sentem ao conhecerem a história do protagonismo de seus antepassados.

ANEXO A - PROPOSTA PEDAGÓGICA

-

Disciplina: Artes

Nível de ensino: 1º Segmento do Ensino Fundamental

Ano/Série: 5º ANO / 4º SÉRIE

Duração: 140 minutos

Tema:

A arte de Heitor dos Prazeres no contexto da Pequena África

Problema:

Quem foi Heitor dos Prazeres? Qual sua relação com a Pequena África? Qual seu legado para a cultura da cidade e do país?

Atividade proposta

A vivência de Heitor dos Prazeres é nítida em suas obras plásticas, seus desenhos e pinturas apresentam a roda de samba, o batuque, a religiosidade de matriz africana, o carnaval, as festas populares, além da geografia carioca, com seus bairros e favelas.

A corporeidade, musicalidade, as cores vivas e as relações de coletividade típicas da cultura de origem africana também estão presentes em seus trabalhos, através das representações dos gingados de sua dança. O artista dá ênfase a pessoas negras e mestiças, muitas vezes acentuando os lábios grossos.

A proposta é uma releitura da obra de Heitor dos Prazeres.

Objetivo Geral:

Apresentar o universo do fazer artístico do artista visual e músico Heitor dos Prazeres e sua relação com a cultura negra na cidade do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos:

- Ampliar o repertório de personagens da cultura negra
- Promover a reconstrução do gosto estético e excluir de seu imaginário o ideal acadêmico eurocêntrico da beleza branca.
- Mostrar ao educando a representatividade negra nas artes visuais apresentada como um sujeito do comum em seu cotidiano e não estereotipado ou caricaturado como trabalhador braçal, escravizado ou iconográfico.
- Desenvolver no aluno outras possibilidades de representatividade do corpo negro

Conceitos/Noções:

- Estética
- Herança cultural
- Cidadania
- Autoestima
- Território

Conteúdos:

As pinturas de Heitor dos Prazeres, a estética negra na sua obra, a Pequena África

Procedimentos e Estratégias:**1º momento: duração: 10 minutos**

Diálogo inicial com os alunos sobre o território da Pequena África com intuito de averiguar os possíveis conhecimentos prévios por parte dos alunos, apresentando mapas, fotos e imagens da região.

2º momento duração: 20 minutos

Aula expositiva sobre a obra e o artista Heitor dos Prazeres

- Leitura compartilhada de textos selecionados;
- Apresentação um pequeno vídeo do youtube mostrando a vida e obra do artista
- Apresentação das reproduções das obras do artista

3º momento (duração: 50 minutos)

Realização da atividade proposta. Cada aluno escolherá uma pintura do repertório de Heitor dos Prazeres e a partir dela realizará sua própria composição gráfica, respeitando a referência da coletividade e confraternização entre sujeitos negros, sempre presentes na obra do artista. O trabalho deverá ser realizado sobre suporte de papel ofício e usando como materiais o grafite, lápis de cor, giz de cera, canetinhas hidrográficas ou fazendo uso de recorte e colagem.

4º momento (duração: 20 minutos)

Apresentação dos trabalhos para a turma: os alunos deverão, cada um, fazer uma rápida explanação sobre a relação do seu trabalho com a obra de Heitor dos Prazeres.

Recursos Didáticos:

Reportagem e vídeos:

Pequena África: sobrevivência, resistência e identidade. Disponível:
www.youtube.com/watch?v=4hm8pICVUGs&t=916s

Heitor dos Prazeres - Documentário 1965. Disponível:
www.youtube.com/watch?v=-FgabF3G32s&t=204s

Textos:

- A arte de Heitor dos Prazeres e os campos de experiência da Educação Infantil
(multirio.rj.gov.br)
- Heróis e Heroínas do Rio - Heitor dos Prazeres: um artista do samba e das tintas
(multirio.rj.gov.br)
- Matrizes Negras do Rio - Pequena África: reduzida no nome, gigante no legado
(multirio.rj.gov.br)

Obras visuais:

Figura 1



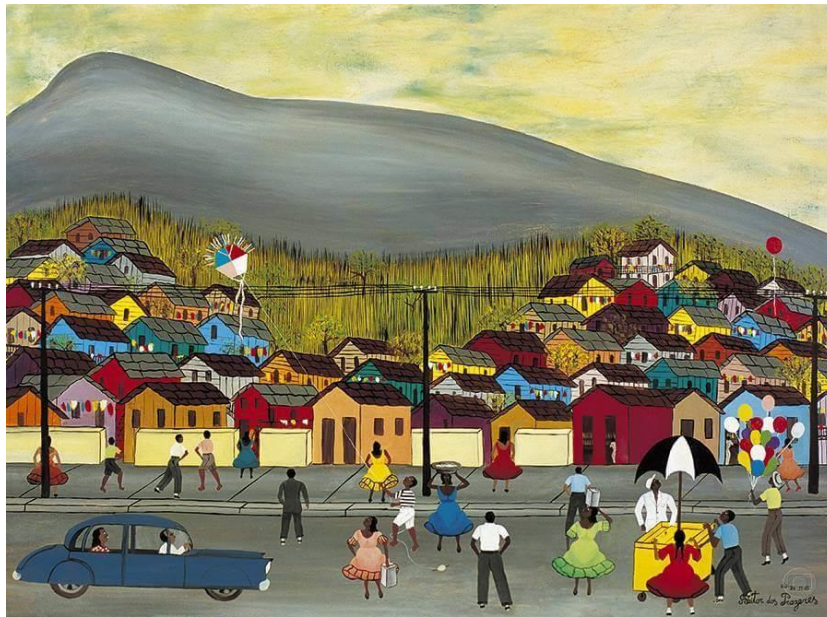
CARNAVAL. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra59800/carnaval>. Acesso em: 03 de outubro de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Figura 2



PRAZERES, Heitor. Samba no Terreiro.1957. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra4659/samba-no-terreiro>. Acesso em: 03 de outubro de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Figura 3



PRAZERES, Heitor. Morro da Mangueira. 1960 In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra70342/morro-da-mangueira>. Acesso em: 03 de outubro de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Figura 4



PRAZERES, Heitor. Roda de carnaval. Rio de Janeiro, 1963. 115 x 146 cm. Coleção Luiz Carlos de Abreu Pereira. Disponível em: <www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=6076132&tot=>. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

Figura 5



PRAZERES, Heitor. Morro da Favela.1965. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra70341/morro-da-favela>. Acesso em: 03 de outubro de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Figura 6



CIRCUITO Pequena África. Instituto dos Pretos Novos. Disponível em: < [< IPN \(pretosnovos.com.br\)>](http://IPN (pretosnovos.com.br))>. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

Avaliação:

Será avaliada o quanto o aluno consegue produzir uma releitura da obra de Prazeres respeitando a forma representativa que o artista faz da cultura e dos sujeitos negros e no final será proposto aos alunos a apresentação dos trabalhos para a turma.

Referências Bibliográficas:

ALTOÉ, Larissa. **Heitor dos Prazeres: um artista do samba e das tintas**. Rio de Janeiro: MultiRio, em 08 de abril de 2014. Disponível em: <www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/699-um-artista-do-samba-e-das-tintas>. Acesso em: 25/01/2022.

FONTOURA, Antônio Carlos da. Heitor dos Prazeres. Documentário 1965. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=-FgabF3G32s&t=204s>. Acesso: 25/01/2022

MACHADO, Sandra. **Pequena África: reduzida no nome, gigante no legado**. Série Matrizes Negras. Rio de Janeiro: MultiRio 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/676-pequena-africa-reduzida-no-nome-gigante-no-legado>. Acesso em: 23/01/2021.

UNISUAN. Pequena África: sobrevivência, resistência e identidade. Documentário realizado pelos alunos de Jornalismo da UNISUAN, em dezembro/2016. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=4hm8pICVUGs&t=916s>. Acesso em: 25/01/2022

PIMENTEL, Márcia. **A arte de Heitor dos Prazeres e os campos de experiência da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: MultiRio, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15432-a-arte-de-heitor-dos-prazeres-e-os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil>. Acesso em: 25/01/2022.

ANEXO B - RELAÇÃO DE ARTIGOS E VÍDEOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATRIZES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO DISPONÍVEL NA PLATAFORMA DA MULTIRIO

1. VISÃO GERAL

Este documento visa apresentar uma listagem dos artigos, material didático e produtos audiovisuais produzidos pela SME da Prefeitura do Rio de Janeiro, através da agência da MULTIRIO (Empresa Multimeios da SME) sobre o Patrimônio Cultural Afro-brasileiro existente na cidade do Rio de Janeiro. Embora esse material esteja disponibilizado ao público em geral, pela plataforma da MULTIRIO, seu acesso exige um processo de garimpagem, visto que existe uma variedade muito grande sobre o entre artigos, músicas, reportagens e filmes espalhados por vários canais e páginas da plataforma. Por esse motivo, foi realizado, nesta pesquisa, um rastreamento na sobre todo material existente, nesta plataforma, e apresentado neste pretense catálogo.

2. OBJETIVOS

O objetivo é facilitar o acesso desta plataforma por assunto de pesquisa, indicando a página digital onde encontrar o material desejado. Pensamos que assim poderíamos ajudar professores e alunos em suas pesquisas e coleta de material.

3. ACERVO

O acervo foi distribuído em 3 tipos de acesso diferentes: Biblioteca, Audioteca e Videoteca.

3.1 Biblioteca

Neste catálogo reúnem reportagens e artigos sobre vários temas, entre eles um vastíssimo material sobre a história e cultura negra e personagens associados à Pequena África, distribuídos por séries de assunto.

3.1.1 Série matrizes negras do Rio

- Formação sobre a história e cultura afro-brasileira para professores no Rio de Janeiro

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15315-formação-sobre-história-e-cultura-afro-brasileira-para-professores-no-rio-de-janeiro

- A influência dos nagôs na cultura carioca

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/946-o-tom-nago-da-cultura-carioca

- A matriz bantu

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/854-o-matiz-banto-do-rio

- Identidade carioca, capoeira e malandragem

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1073-identidade-carioca-capoeira-e-malandragem

- A singularidade do Cais do Valongo no mundo

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12617-a-singularidade-do-cais-do-valongo-na-história

- Cais do Valongo é Patrimônio da Humanidade.

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12557-cais-do-valongo-é-patrimônio-da-humanidade

- A pluralidade do Cais do Valongo no mundo

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12617-a-singularidade-do-cais-do-valongo-na-história-mundial

- O samba é plural

www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8354-o-samba-e-plural

- Baianas de acarajé no Rio de Janeiro
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8193-baianas-de-acww
- A singularidade do Cais do Valongo no mundo
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12617-a-singularidade-do-cais-do-valongo-na-história-mundo
- Abolição e República: símbolos da liberdade negra Pequena África: reduzida no nome, gigante no legado
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1018-abolicao-e-republica-tatuagens-e-simbolos-da-liberdade-negra
- Quem foi Mestre Bimba, criador da capoeira regional
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/16849-quem-foi-mestre-bimba,-criador-da-capoeira-regional
- Consciência negra e marcas africanas na cultura carioca
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1073-identidade-carioca-capoeira-e-malandragem
- Pequena África: reduzida no nome, gigante no legado
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/676-pequena-africa-reduzida-no-nome-gigante-no-legado

3.1.2 Série patrimônio imaterial do Rio

- A evolução histórica e artística do samba enredo
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12073-a-evolucao-historica-e-artistica-do-samba-enredo
- Chorinho
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12073-a-evolucao-historica-e-artistica-do-samba-enredo

3.1.3 Série história da cidade

- A mão de obra escrava: os africanos
www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/50-a-cidade-do-rio-de-janeiro-sob-a-orbita-de-portugal/2435-a-mao-de-obra-escrava-os-africanos-e-os-quilombos
- A África civiliza: a mão de obra escrava
www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/65-o-rio-de-janeiro-novamente-corte-o-imperio/2888-a-africa-civiliza-a-mao-de-obra-escrava

3.1.4 Série Rio multicultural

- Consciência negra e marcas africanas na cultura carioca
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/958-consciencia-negra-e-marcas-africanas-na-cultura-carioca
- Africanos fazem parte da alma carioca
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/785-africanos-fazem-parte-da-alma-carioca

3.1.5 Série Rio de música

- Choro é fruto do abolicionismo
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1068-choro-e-fruto-do-abolicionismo
- O Rei do samba: Ismael Silva
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1033-o-rei-samba
- O excomungado maxixe
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1047-o-excomungado-maxixe
- Nos primórdios o lundu
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1039-nos-primordios-o-lundu

3.1.6 Série bairros cariocas

- Centro do Rio de Janeiro: um mar de histórias
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3065-centro-do-rio-de-janeiro-um-mar-de-historias

3.1.7 Série ruas do Rio

- Avenida Presidente Vargas: gigantismo entre memórias vivas e apagadas
[www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12869-avenida-presidente-vargas-gigantismo-entre-memórias-vivas-e-apagadas](http://www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12869-avenida-presidente-vargas-gigantismo-entre-memorias-vivas-e-apagadas)
- Praça Tiradentes: berço da vida noturna carioca
[www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13288-praca-tiradentes-o-berço-da-vida-noturna-carioca-2](http://www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13288-praca-tiradentes-o-berco-da-vida-noturna-carioca-2)
- A portuária Avenida Rodrigues Alves
[www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13244-a-portuária-e-olímpica-avenida-rodrigues-alves](http://www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13244-a-portuaria-e-olimpica-avenida-rodrigues-alves)

3.1.8 Série heróis e heroínas do Rio

- Pixinguinha, um dos maiores no olimpo da MPB
www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/2939-pixinguinha-um-dos-maiores-no-olimpo-da-mpb
- Heitor dos Prazeres: um artista do samba e das tintas –
www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/699-um-artista-do-samba-e-das-tintas
- A arte de Heitor dos Prazeres e os campos de experiência da Educação Infantil.
[www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15432-a-arte-de-heitor-dos-prazeres-e-os-campos-de-experiência-da-educação-infantil](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15432-a-arte-de-heitor-dos-prazeres-e-os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil)

3.2 Audioteca

O material de áudio é disponibilizado pela WebRadio, através de uma série de podcasts.

3.2.1 Samba na Roda

É um programa semanal que apresenta diversas rodas de samba cariocas, com um bate-papo repleto de músicas inesquecíveis do samba e da MPB, trazendo sempre músicos de rodas cadastradas na rede de rodas de samba da Prefeitura do Rio de Janeiro.
www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/ouca/webradio/15561-canto-do-batuqueiro

3.2.2 Vamos aquilombar? Iati Kó ekó – batuques e Movimentos

www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/16922-vamos-aquilombar-iati-kó-ekò—batuques-e-movimentos

3.2.3 Curte Som

- Raizes Africanas

www.multirio.rj.gov.br/index.php/ouca/webradio/2150-raizes-africanas-parte-i

3.2.4 Você sabia? Personalidades Negra

- André Rebouças

www.multirio.rj.gov.br/index.php/audios/8106-andre-reboucas

- Cruz e Sousa

www.multirio.rj.gov.br/index.php/audios/2374-cruz-e-souza

- João Candido

www.multirio.rj.gov.br/index.php/audios/2375-joao-candido

- José do Patrocínio

www.multirio.rj.gov.br/index.php/audios/2376-jose-do-patrocinio

3.3 Videoteca

3.3.1 Série Rio Multicultural

- Carnaval 1

www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/10386-carnaval-1%20Carnaval%202

- Carnaval 2

www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/10387-carnaval-2%20Cidade%201966

- Rio Raro: Centro do Rio de Janeiro em 1966

www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/1913-centro-da-cidade-em-1966

- Museu de História e Cultura Afro-brasileira – MUHACAB

www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/15353-museu-da-historia-e-cultura-afro-brasileira-muhcab

3.3.2 Série Um Rio de Histórias

- A história do Carnaval

www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/8091-a-historia-do-carnaval

3.3.3 Nossa história: hábitos e culturas

Aspectos significativos da história. as culturas afro-brasileira e indígena, com destaque para conteúdos relacionados às leis nº 10.639 (obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira) e nº 11.645 (obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas), mostram a formação multicultural do Brasil.

www.multirio.rj.gov.br/index.php/busca?mult=&cat=&tip=&proj=2786&txt=

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte, Letramento, 2018.

ALTOÉ, Larissa. Heitor dos Prazeres: um artista do samba e das tintas. Rio de Janeiro: MultiRio, em 08 de abril de 2014. Disponível em:< multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/699-um-artista-do-samba-e-das-tintas?msclkid=8bf70eb8cff711ecb40f1a6e77f30faa>. Acesso em: 25/01/2022.

ALVAREZ, Marco César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luiz Antônio F.. A sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. S/l, 2015. Disponível em:<<https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down113.pdf>>. Acesso em: 28/06/2022.

ALVES, Paulo Costa Alves; SILVEIRA, Claudio Jose Da Silveira et al. Sonhar não custa nada! Ou quase nada. Samba-enredo, 1992. Disponível em:< letras.mus.br/paulinho-mocidade/sonhar-nao-custa-nada>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21/08/2021.

_____. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 a. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: < portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf>. Acesso em: 23/01/2021.

_____. Decreto 847 Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890. Lei de proibição da capoeira. Disponível em:< <https://capoeiraocec.webnode.com.br/a-arte-capoeira/lei%20de%20proibi%c3%a7%c3%a3o%20da%20capoeira>>. Acesso em: 28/06/2022.

_____. Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro – Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Disponível em:< planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm?msckid=e3f2dec9cff611ecb03cab67bdef06f3 >. Acesso em 22/08/2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. CNE/CP Resolução 1/2004, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em:< gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana?msckid=4e96f86dcff711ecb93b3b793c7d231d>. Acesso em 22/08/2021.

_____. Ministério da Saúde e Educação. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937b. Disponível em:< portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4 > Acesso em: 25 de setembro de 2022.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003. Disponível em:<academia.edu/14120552/Fundando_a_nação_a_representação_de_um_Brasil_barroco_moderno_e_civilizado?msckid=f491d61bcf2611eca32a82c090f2e65b>. Acesso em: 08/05/2022.

_____. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020. Disponível em:<www.academia.edu/45017473/Patrimônio_Cultural_em_perspectiva_decolonial_historiando_concepções_e_práticas?msckid=3ab78dfccec811ec866834c072c4436d>. Acesso em: 08/05/2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO PALMARES. Diáspora africana, você sabe o que é? Disponível em: <Diáspora africana, você sabe o que é? – Fundação Cultural Palmares> Acesso em: 23/05/2022.

JURT, Joseph. O Brasil: um estado-nação a ser construído: O papel dos símbolos nacionais, do império à república. In: MANA 18(3): 471-509, 2012. Disponível em: <scielo.br/j/mana/a/x47K6TgqwfrZ5CgPrPJDykk/?format=pdf>. Acesso em: 24/05/2022.

LEITÃO, Luiz Ricardo. As raízes negras do samba. In: Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo. São Paulo, 02 de dezembro de 2016. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2016/12/02/100-anos-do-samba-filho-da-dor-e-da-resistencia>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

MACHADO, Sandra. Pequena África: reduzida no nome, gigante no legado. Série Matrizes Negras. Rio de Janeiro: MultiRio 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/676-pequena-africa-reduzidano-nome-gigante-no-legado>. Acesso em: 23/01/2021.

PIMENTEL, MÁRCIA. A arte de Heitor dos Prazeres e os campos de experiência da Educação Infantil. Rio de Janeiro: MultiRio, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15432-a-arte-de-heitor-dos-prazeres-e-os-campos-de-experiência-da-educação-infantil>. Acesso em: 25/01/2022.

_____. Samba e relações étnico-raciais na Educação Infantil. In Portal Multirio, 21 de nov. 2019. Disponível em: <multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15314-samba-e-relações-étnico-raciais-na-educação-infantil>. Acesso em: 07/09/2022

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

_____. Colonialidade, modernidade e racionalidade. In: BONILL, Heraclio (comp.). Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo, Editora Hucitec, 2006, pp. 416-426.

SIMAS, Luis Antonio. Curso de história do Rio de Janeiro. O Rio do Samba, resistência e reinvenções, aula2. Museu de Arte do Rio, em 18 de outubro 2018a. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=P2e9CjzNGOI&t=16s>. Acesso em: 20/01/2022.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. A ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018b.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. In: Sillogés, v.1, n.1, jan./jul. 2018, p. 41 -60. Disponível em: <www.historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/12/32>. Acesso em: 08/05/2022.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003. 32ª Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Paris, de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003. Disponível em: <patrimonioculturalimaterial.org/multimedia/ficheiros/Documentos/UNESCO2003.pdf>. Acesso em 08/08/2021.

UNISUAN. Pequena África: sobrevivência, resistência e identidade. Documentário realizado pelos alunos de Jornalismo da UNISUAN, em dezembro/2016. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=4hm8pICVUGs&t=916s>. Acesso em: 25/01/2022